
**Relatório de
Conclusões e
Recomendações
de Auditoria
- Anual -**

**Município de Santa
Cruz das Flores**

Marinha Grande, 10 de abril de 2015

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS.....	3
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
3.1 Balanço	6
3.2 Notas ao Balanço.....	8
3.3 Demonstração de Resultados	18
3.4 Notas à Demonstração de Resultados	19
4. ENDIVIDAMENTO	28
5. CONTROLO ORÇAMENTAL	29
6. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL.....	38
7. CONTROLO INTERNO.....	39
8. FACTOS SUBSEQUENTES	40
9. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	41
10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	41
11. CONCLUSÕES.....	41
11.1 Reservas	41
11.2 Ênfases	41
11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações).....	42
12. AGRADECIMENTOS.....	43

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é emitido nos termos da alínea e) do § 2 do art.º 77º da Lei nº 73/2013 de 15 de setembro.

Procedemos à Revisão Legal das Contas do MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como à análise da execução orçamental do mesmo ano, o que foi feito de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 10 de abril de 2015.

As quantias contidas nos documentos analisados, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos patrimoniais e orçamentais das contas do Município.

2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

1. Reuniões com alguns membros do executivo Camarário e outros responsáveis, e leitura de atas, contratos, e outros elementos que julgámos de interesse, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no anexo;
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas das compras, receção e contas a pagar, vendas e serviços prestados, contas a receber, imobilizações, acréscimos e diferimentos e gastos com pessoal, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
5. Realização de testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

- a) Analisámos e acompanhámos os saldos registados na Tesouraria ao longo do ano, nomeadamente o saldo em 31 de dezembro de 2014, tendo confirmado os valores do Caixa;
- b) Verificámos os saldos das contas de Depósitos à Ordem e as conciliações das mesmas efetuadas pelo Município, confrontando-as com a informação bancária disponível, e com os testes que efetuámos às mesmas;
- c) Realizámos testes e verificações aos processos de reconhecimento dos custos e proveitos diferidos, através da análise do corte das operações patrimoniais e orçamentais tendo em vista a especialização do exercício;
- d) Inspeccionámos os principais elementos do imobilizado corpóreo, verificando a titularidade de alguns dos bens sujeitos a registo;
- e) Analisámos a evolução dos investimentos financeiros;
- f) Averiguámos a eventualidade de existirem factos subsequentes ao fecho das contas, tendo em vista a análise de eventuais situações que pudessem levar à criação de passivos contingentes ou a alterações substanciais no funcionamento do Município;
- g) Procedemos a verificações analíticas, e documentais por amostragem, de operações relacionadas com:
- Execução Orçamental da Despesa e da Receita, por recurso a Ordens de pagamento e Guias de Receita confrontando-as com a documentação analisada e com as classificações patrimoniais;
 - Aquisição de bens e serviços, analisando o cumprimento do normativo em vigor;
 - Transferências e subsídios correntes;
 - Custos com Pessoal;
 - Outros custos operacionais;
 - Amortizações do exercício e acumuladas e sua comparabilidade com os mapas respetivos, testando os respetivos cálculos, tendo apreciado o critério seguido;
 - Ajustamentos para riscos e encargos;
 - Custos Financeiros;
 - Custos Extraordinários;
 - Vendas e Prestações de Serviços;
 - Transferências e subsídios obtidos e concedidos;
 - Proveitos e Ganhos Financeiros;
 - Proveitos e Ganhos Extraordinários.

- h) Procedemos à confirmação direta e por escrito a terceiros (fornecedores e outros) dos saldos das contas. Analisámos e testámos as reconciliações subsequentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;
- i) Analisámos os montantes finais existentes nas rubricas do Estado e Outros Entes Públicos, verificando a sua regularização no ano seguinte através da análise dos pagamentos efetuados;
- j) Procedemos à análise dos movimentos efetuados nas rubricas de imobilizado incluindo o imobilizado em curso;
- k) Analisámos por amostragem alguns dos movimentos, efetuados nas contas de Acréscimos e Diferimentos;
- l) Verificámos e confirmámos os valores constantes da rubrica de Empréstimos Obtidos;
- m) Analisamos os movimentos efetuados nas rubricas dos capitais próprios e sua conformidade com deliberações tomadas;
- n) Analisámos os saldos finais das contas de terceiros, tanto ativos como passivos, tendo em vista apurar da sua conformidade;
- o) Analisámos as imparidades constituídas e a necessidade ou não de novas imparidades ou de provisões;
- p) Verificámos a natureza e exigibilidade dos saldos de Outros Devedores e de Outros Credores;
- q) Verificámos a situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social e à CGA;
- r) Apreciámos a política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo atualização dos capitais seguros;
- s) Analisámos do grau de execução orçamental;
- t) Verificámos por amostragem alguns processos de despesa validando as diversas fases da mesma.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Balanço

Rúbricas	à data de		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Absoluta	%
ATIVO				
Imobilizado				
Bens do Domínio Público	12.217.401	11.643.644	-573.757	-4,7%
Imobilizações Incorpóreas	86.078	97.198	11.120	12,9%
Imobilizações Corpóreas	4.564.643	6.459.331	1.894.688	41,5%
Investimentos Financeiros	2.207.615	2.139.621	-67.994	-3,1%
Total	19.075.737	20.339.794	1.264.057	6,6%
Circulante				
Existências	67.821	52.381	-15.440	-22,8%
Dívidas de Terceiros				
Clientes c/c	0	0	0	
Contribuintes c/c	0	2.310	2.310	
Estado e O. Entes Públicos	36.393	37.993	1.600	4,4%
Outros Devedores	0	5	5	
Depósitos em Instituições Financeiras e caixa				
Depósitos em Instituições Financeiras	601.539	519.915	-81.624	-13,6%
Caixa	0	0	0	
Total	705.753	612.604	-93.149	-13,2%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Proveitos	0	5.024	5.024	
Custos Diferidos	7.250	169	-7.081	-97,7%
Total	7.250	5.192	-2.058	-28,4%
TOTAL DO ATIVO	19.788.740	20.957.590	1.168.850	5,9%

Rúbricas	à data de		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Absoluta	%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
Fundos Próprios				
Património	12.870.026	12.870.026	0	0,0%
Reservas Legais	616.414	616.414	0	0,0%
Resultados Transitados	3.297.687	3.108.098	-189.589	-5,7%
Resultado Líquido do Exercício	-206.239	-177.912	28.327	-13,7%
Total	16.577.888	16.416.626	-161.262	-1,0%
Passivo				
Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo				
Dívidas a Inst. Financeiras	536.790	362.374	-174.416	-32,5%
	536.790	362.374	-174.416	-32,5%
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo				
Dívidas a Inst. Financeiras	0	0	0	
Fornecedores	0	0	0	
Estado e O. Entes Públicos	25.701	24.797	-904	-3,5%
Outros Credores	19.204	18.384	-820	-4,3%
Total	44.905	43.181	-1.724	-3,8%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Custos	140.296	139.275	-1.021	-0,7%
Proveitos Diferidos	2.488.861	3.996.135	1.507.274	60,6%
Total	2.629.157	4.135.410	1.506.253	57,3%
Total do Passivo	3.210.852	4.540.965	1.330.113	41,4%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	19.788.740	20.957.590	1.168.850	5,9%

3.2 Notas ao Balanço

I- ATIVO

3.2.1 Imobilizado

- a) O quadro seguinte dá-nos a evolução do Imobilizado Líquido do Município no ano de 2014, por comparação com o ano de 2013:

Rúbricas Imobilizado	Saldos Líquidos			
	Inicial	Final	Variação	
			Absoluta	%
Bens do Domínio Público	12.217.401	11.643.644	-573.757	-4,70%
Imobilizações Incorpóreas	86.078	97.198	11.120	12,92%
Imobilizações Corpóreas	4.564.643	6.459.331	1.894.688	41,51%
Investimentos Financeiros	2.207.615	2.139.621	-67.994	-3,08%
Totals	19.075.737	20.339.794	1.264.057	6,63%

- b) Verificámos amostra significativa dos movimentos nas contas de Bens do Domínio Público, e dos movimentos no Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo.
- c) Existem os terrenos que não estão registados em nome do Município mas que lhe pertencem. Um destes terrenos é cedido à exploração ao serviço florestal que os arrenda. O serviço florestal destes arrendamentos entrega 50% desse valor ao Município.
- d) O município deve registar estes terrenos em seu nome e contabilizá-los com Investimentos Financeiros.
- e) Esses rendimentos devem de ter fatura de suporte e estão sujeito a IVA.
- f) As amortizações do exercício somam na contabilidade o valor de 915.207 € mas o mapa de amortizações do exercício do ano de 2014 do SICP soma o valor de 1.026.483 €. A diferença é de 111.277 €. Estes valores devem ser acertados.
- g) Devem ser atualizados os capitais dos bens seguros.
- h) O valor do imobilizado líquido subiu, relativamente a 2013, 6,6%, subidas que tiveram maior expressão ao nível das Imobilizações Corpóreas (subida de 1.894.687 €). Esta subida está ligada em grande parte à transferência de bens de Imobilizações em Curso para Imobilizado firme.

- i) A subida do Imobilizado Líquido foi, no seu conjunto de 1.264.056 €.
- j) Deveriam ter sido movimentados, os valores que competem ao Município na criação do FAM, no valor de 176.693 €. Este valor deveria ter sido movimentado numa conta de investimentos financeiros por contrapartida de Outros Credores para ser amortizada à medida que o Município for regularizando a verba do fundo que lhe compete.
- k) Os 5.000 € de capital classificados em Empresa Municipal estão indevidamente classificados como parte do capital social. Trata-se de parte das quotas pagas à Associação Regional de Turismo (pagos 15.000 €).
- l) Há valores colocados na conta 41 – Terrenos, edifícios e outras construções, dos quais só parte deveria estar classificado na conta 41, enquanto outra parte deveria estar classificada na conta 42. Para além disso os muitos terrenos que o Município tem arrendados a terceiros, que devem ser classificados também como investimentos financeiros.
- m) Até ao final de 2014 não havia técnico que interviesse no património pelo que não era possível efetuar esse trabalho. Neste momento, dado que existe uma técnica estagiária a trabalhar com o património, aconselha-se a que seja efetuada uma listagem de afetação / uso / cedência (gratuita) da situação do arrendamento de todos os bens imóveis para que se possa corrigir a classificação transferindo da 41 para a 42 os bens que estejam afetos à atividade.
- n) Fora o que dizemos sobre os bens do domínio público e os investimentos financeiros, é nossa opinião que, no restante, a rubrica de imobilizado se encontra bem movimentada e corresponde aos bens de investimento propriedade do Município.

3.2.2 Circulante

3.2.2.1 - Existências

- a) As existências são valorizadas ao custo de produção ou de aquisição com suporte em documento de despesa.
- b) A conta apresenta-se dividida pelas seguintes sub-rubricas:

Rúbricas	Saldos em €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	€	%
Materiais diversos	22.314	21.159	-1.155	-5,2%
Consumo para Máq. e Viaturas	45.507	31.222	-14.285	-31,4%
TOTAL	67.821	52.381	-15.440	-22,8%

- c) Efetuámos uma análise aos itens sem rotação nos últimos 5 anos e concluímos que existem 8.795 € de possíveis monos, que devem ser objeto de provisão.
- d) Analisámos, por amostragem, alguns saldos finais desta rubrica, para verificar da conformidade dos inventários com as existências reais.
- e) Por a eventual falta de provisões não se nos afigurar relevante, validamos o saldo da conta.

3.2.2.2. – Clientes c/c, Utentes e Contribuintes c/c

- a) A conta apresenta, em 2014, no seu conjunto um saldo de 2.310 €, conforme quadro seguinte:

Clientes c/c	Saldos em €		
	31-12-2013	31-12-2014	Varição €
Tapadas	0	1.584	1.584
Água	0	726	726
Total	0	2.310	-2.310

- b) Existe 105 € de dívida de clientes há mais de 120 dias para os quais não foi constituída imparidade.
- c) Por a imparidade em falta não ter relevância, depois de analisados os saldos, validámos os valores da conta.

3.2.2.3– Estado e Outros Entes Públicos

- a) Trata-se de valores a haver em sede de IVA no valor de 37.993 €.
- b) O saldo contabilístico do IVA é diferente do valor da declaração. O valor contabilístico é de 37.993 €, e o da declaração é de 38.016 €. Apesar de sem expressão (diferença de 23 €), estes saldos devem ser acertados.
- c) Apesar da diferença, sem relevância, validámos os saldos

3.2.2.4- Outros Devedores

Trata-se um saldo de devedores por juros no valor de 5 €, que validámos.

3.2.3 Disponibilidades

3.2.3.1 - Caixa

- a) O saldo de caixa era nulo em 31/12/2014.
- b) Durante o ano efetuámos análises ao caixa, verificando as contas da tesouraria e o valor existentes, sem ter encontrado diferenças.
- c) Verificámos ao longo do ano alguns lançamentos nesta conta não tendo detetado erros.
- d) Validámos o saldo.

3.2.3.2 - Depósitos à Ordem

- a) A conta apresenta a seguinte decomposição:

Entidade Bancária	Valor €
à ordem	
Banif:	
OT	42.960
DO	340.602
Caixa Geral De Depósitos, SA	135.836
Caixa Económica-Montepio Geral	517
Total	519.915

- b) Analisámos as reconciliações bancárias e confrontámo-las com informações obtidas através de documentos bancários.
- c) Testamos todas as circularizações a 31/12/2014 e verificámos os movimentos pendentes de circularização.

3.2.4 Acréscimos e Diferimentos

3.2.4.1 – Acréscimos de Proveitos

a) A conta apresenta a seguinte decomposição:

Conta	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	€	%
Juros a receber	0	9	9	
Outros acréscimos de proveitos	0	5.015	5.015	
TOTAL	0	5.024	5.024	

b) Trata-se de Proveitos a reconhecer no próprio exercício, por o serviço/ venda realizado, mas sem documentação vinculativa.

c) No ano de 2013 não apresentavam qualquer valor

d) Validámos o saldo da conta.

3.2.4.2 – Custos Diferidos

a) A conta apresenta a seguinte decomposição:

conta	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	€	%
Seguros	7.250	169	-7.081	-98%
TOTAL	7.250	169	-7.081	-98%

b) Trata os custos liquidados no exercício que respeitam ao exercício seguinte.

c) Em 2015 foram contabilizados 8.124 € de gastos em FSE que são despesas de 2014 e que deveriam ter sido diferidos.

d) Validámos o saldo da conta por não ser relevante o facto mencionado em c) acima.

Cap. Social 401001 EUR - Mat. C. R. C. Marinha Grande, sob n.º AP/279/000211 - Cont. n.º 908 476 936

II- PASSIVO

3.2.5 Dívidas de Médio e Longo Prazo

3.2.5.1 – Dívidas a Instituições Financeiras

a) A conta decompõe-se de acordo com o quadro seguinte:

Instituição Bancária	Empréstimo Inicial de €	Valor em €		Variação	
		31-12-13	31-12-14	€	%
BCA	450.726	83.201	27.837	-55.364	-10,3%
BCA	242.101	30.712	0	-30.712	-100,0%
CGD	43.392	2.739	0	-2.739	-100,0%
CGD	320.000	95.500	57.460	-38.040	-39,8%
CGD	209.134	146.226	123.365	-22.861	-15,6%
BANIF	91.280	9.882	8.470	-1.412	-14,3%
Montepio	80.000	168.530	145.241	-23.289	-13,8%
Total	1.436.633	536.790	362.374	-174.416	-32,5%

- b) Conciliámos os saldos da contabilidade utilizando de 3 fontes de informação - DGAL, Banco Portugal e mapas internos.
- c) A totalidade dos Empréstimos Bancários está contabilizada como de Médio e Longo Prazo. Ainda que se trate de um imperativo da DGAL, entendemos que, a parte que se vence no ano de 2015, e que se elevará a cerca de 180.000 €, deveria ser considerada no balanço como de curto prazo.
- d) No ano de 2014 o volume destes empréstimos baixou 32,5 % (174.416 €).
- e) Quanto aos valores e tendo em atenção a questão levantada nas alíneas c) e d) anteriores, validámos o saldo da conta.

3.2.6 Dívidas de Curto Longo Prazo

3.2.6.1 – Fornecedores

Não existem dívidas a Fornecedores c/c.

3.2.6.2 – Estado e O. Entes Públicos

- a) Trata-se de valores a pagar ao Estado, que se elevam a 24.797 €. A sua evolução no ano foi a constante do quadro seguinte:

Rúbricas	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	€	%
IRS	6.423	5.846	-576	-9,0%
Segurança Social	19.279	18.951	-328	-1,7%
Saldo Final	25.701	24.797	-904	-3,5%

- b) Saldos em aberto a 31/12/2014 foram confirmados pelos valores pagos em Janeiro de 2015.
- c) O IRS de independentes tem um saldo diferente ao valor declarado em dezembro, conforme quadro abaixo e que deve ser verificado.
- Valor contabilidade: 250,08 €
 Valor declaração: 29,57 €
 Diferença relacionado com o saldo inicial: 220,51 €
- d) Os valores das diferentes rúbricas que compõem o saldo a favor do Estado foram analisados e dada a irrelevância do facto mencionado em c) acima, validamos os saldos da conta.
- e) O saldo de CGA tem um saldo diferente ao valor declarado em dezembro, conforme quadro abaixo:
- Valor contabilidade: 13.027,02 €
 Valor declaração: 13.081,69 €
 Diferença relacionado com o saldo inicial: 54,67 €
- f) É nossa opinião que, por a diferença mencionada em d) não ter qualquer relevância.

3.2.6.4 – Outros Credores

a) O saldo em 2014 era de 18.834 € conforme quadro seguinte.

Rúbricas	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	€	%
Pessoal	499	499	0	0,0%
Sindicatos	130	120	-10	-7,7%
Diversos	18.576	17.765	-811	-4,4%
Total	19.205	18.384	-821	-4,3%

b) Nos Diversos englobam-se, entre outros:

- a. Empreiteiros-custos com fiscalização 5.663 €
- b. Garantia bancária 10.253 €

c) Validámos os saldos.

3.2.7 Acréscimos e Diferimentos

3.2.7.1 – Acréscimos de Custos

a) Esta conta serviu de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício posterior.

b) O saldo contempla:

Conta	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	€	%
Remunerações a liquidar	126.336	126.336	0	0,0%
Juros a liquidar	3.164	2.143	-1.021	-32,3%
Outros acréscimos de custos	10.796	10.796	0	0,0%
TOTAL	140.296	139.275	-1.021	-0,7%

c) A parte que contempla remunerações a liquidar, trata as férias e subsídios de férias de 2014 a liquidar em 2015. O valor atual das Remunerações a liquidar teve em conta o estipulado legalmente. Testámos os valores e aceitamo-los como corretamente estimados.

d) Validámos os saldos da conta

3.2.7.2 – Proveitos Diferidos

- a) Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, de acordo com o quadro seguinte:

conta	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	€	%
Subsídios para Investimento				
Cooperação Técnica Financeira	22.255	20.946	-1.309	-5,9%
FEDER	2.466.606	3.975.189	1.508.583	61,2%
TOTAL	2.488.861	3.996.135	1.507.274	60,6%

- b) O saldo da conta representa o valor dos subsídios/transferências para investimento a que o Município tem direito, na parte dos subsídios ao investimento recebidos, e ainda não transitados para proveitos.
- c) Estes subsídios são atribuídos nos termos da lei ou de contratos-programa, que se encontram associados aos ativos. Deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários - Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.
- d) A subida dos mesmos em 2014 revela a parte que no exercício foi atribuída ao Município, deduzida das transferências para proveitos relacionadas com os valores amortizados nos investimentos que tinham sido financiados.
- e) Validámos os saldos

III-FUNDOS PRÓPRIOS

3.2.8 Fundos Próprios

Em final de ano encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Contas	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Nominal	%
Património	12.870.026	12.870.026	0	0,0%
Reservas Legais	616.414	616.414	0	0,0%
Resultados Transitados	3.297.687	3.108.098	-189.589	-5,7%
Resultado Líquido do Exercício	-206.239	-177.912	28.327	-13,7%
Total	16.577.888	16.416.626	-161.262	-1,0%

3.2.8.1 - Património

Manteve-se igual a 2013.

3.2.8.2 – Reservas Legais

Mantiveram-se ao nível de 2013.

3.2.8.3 – Resultados Transitados

A diferença relativamente a 2013 reflecte a aplicação dos resultados do Exercício daquele ano e algumas correcções de maior significado feita relativamente a exercícios anteriores.

3.2.8.4 – Resultados Líquidos

Trata-se dos resultados apurados no exercício de 2014 que foram negativos em 177.912 €.

3.3 Demonstração de Resultados

Rúbricas	à data de		Peso nos Cust/Prov.	
	31-12-2013	31-12-2014	2013	2014
Custos e Perdas				
CEVC	185.381	179.646	6,2%	6,2%
FSE	481.439	435.959	16,0%	15,0%
Transferências e Subs. Concedidos	75.715	118.004	2,5%	4,1%
Pessoal	1.124.801	1.035.634	37,5%	35,7%
Amortizações	891.279	915.207	29,7%	31,6%
Outros Custos e Perdas Operacionais	11.729	7.517	0,4%	0,3%
Custos e Perdas Financeiros	80.065	73.997	2,7%	2,6%
Custos e Perdas Extraordinários	152.448	133.379	5,1%	4,6%
Total Custos	3.002.857	2.899.342	100,0%	100,0%
Proveitos e ganhos				
Vendas e Prestações de Serviços	21.591	19.312	0,8%	0,7%
Impostos e Taxas	185.019	228.006	6,6%	8,4%
Trabalhos p/ a Própria Entidade	137.621	84.340	4,9%	3,1%
Transferências e Subs. Obtidos	2.335.538	2.227.492	83,5%	81,9%
Proveitos e ganhos Financeiros	8.804	12.826	0,3%	0,5%
Proveitos e ganhos Extraordinários	108.045	149.455	3,9%	5,5%
Total Proveitos	2.796.618	2.721.429	100,0%	100,0%
Resultados	-206.239	-177.912		

3.4 Notas à Demonstração de Resultados

3.4.1 Custos

- a) Efetuámos análises detalhadas a todas as rubricas dos custos, tendo analisado a documentação de suporte aos lançamentos, quando as rubricas assumiram valores que considerávamos anormais.
- b) O arquivo da despesa encontra-se documentado e suportado pelos documentos legais, nomeadamente:
- Proposta de aquisição de serviço;
 - Cabimento;
 - Procedimento para aquisição do serviço de acordo com a legislação em vigor;
 - Adjudicação;
 - Compromisso;
 - Requisição/nota de encomenda;
 - Processamento da despesa/contabilização da fatura;
 - Autorização do pagamento;
 - Pagamento.
- c) Analisámos alguns processos relacionados com empreitadas de obras públicas.
- d) Concluímos que, na generalidade, os procedimentos seguidos se encontram corretamente suportados.
- e) Nos valores de 2013, o valor do Resultado Líquido da Demonstração de Resultados não coincide com o apresentado no balanço.

3.4.1.1 – Custo das Existências Vendidas e Consumidas

- a) Analisámos a evolução das contas de compras e os inventários finais das existências em armazém, tendo verificado a forma como se apuraram os CEVC's.
- b) Testámos parte do saldo não tendo detetado anomalias.
- c) Analisámos, numa base de amostragem (22%), faturas de aquisição de:
- Materiais Diversos, e
 - Material de Consumo para Máquinas e Viaturas.
- d) No final, pudemos validar os custos do exercício nesta rubrica.

3.4.1.2 – Fornecimentos e Serviços Externos

a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2013 para 2014:

Rúbricas	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Nominal	%
Eletricidade	81.810	85.206	3.396	4,15%
Combustíveis	117.916	99.968	-17.948	-15,22%
Comunicação	17.960	18.838	878	4,89%
Seguros	6.262	13.378	7.117	113,65%
Conservação e reparação	33.537	49.753	16.216	48,35%
Limpeza Higiene e Conforto	10.462	9	-10.453	-99,91%
Trabalhos especializados	29.298	26.242	-3.056	-10,43%
Outros	184.194	142.565	-41.629	-22,60%
Total	481.439	435.959	-45.479	-9,45%

b) Baixaram, no seu conjunto, relativamente a 2013 cerca de 9,5 %, com especial incidência nas rúbricas:

- i) Combustíveis, descida de 15,2%;
- ii) Limpeza Higiene e Conforto, descida quase total;
- iii) Trabalhos Especializados, descida de 10,4% de 32,7%;
- iv) Outros, descida de 22,6%.

Nas subidas destaque para:

- i) Eletricidade, subida de 4,2%;
- ii) Seguros, subida de 113,7%;
- iii) Conservação e Reparação, subida de 99,9%.

c) Analisámos os movimentos na conta, tendo tido especial atenção para os valores mensais que se distanciavam dos valores normais para cada uma das sub-rúbricas da conta.

d) Verificamos 17 % do saldo de 2014.

e) Das nossas análises, ainda que chamando a atenção para anota que colocámos na análise aos custos diferidos e que transcrevemos:

“Em 2015 foram contabilizados 8.124 € de gastos em FSE que são despesas de 2014 e que deveriam ter sido diferidos”.

f) Validámos os valores da conta.

3.4.1.3 – Custos com Pessoal

a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2013 para 2014:

Rúbricas	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Nominal	%
Órgãos Autárquicos	56.511	95.553	39.042	69,09%
Remunerações ao Pessoal	804.586	689.026	-115.561	-14,36%
Pensões	20.493	598	-19.895	-97,08%
Encargos sobre remunerações	212.760	220.305	7.545	3,55%
Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	8.384	17.114	8.730	104,12%
Outros custos com o pessoal	22.067	13.038	-9.029	-40,92%
Total	1.124.801	1.035.634	-89.167	-7,93%

- b) Tiveram uma descida de 8,6 % relativamente a 2013.
 c) Validamos o saldo da conta.

3.4.1.4 – Transferências e Subsídios

a) Trata-se de subsídios atribuídos a Entidades Externas, nomeadamente a famílias e a Instituições sem fins lucrativos. Subiram relativamente a 2013 em 12,28%, conforme quadro seguinte:

Rúbricas	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Nominal	%
Instituições sem fins lucrativos	63.747	94.686	30.939	48,53%
Famílias	11.968	23.318	11.350	94,83%
Total	75.715	118.004	42.289	55,85%

- b) Testámos cerca de 39% do movimento do ano, não existem ajustamento a propor
 c) A subida está ligada às transferências para as famílias cuja subida foi de 94,8% e às transferências para Instituições sem fins lucrativos, cuja subida foi de 48,5%.
 d) Em alguns dos processos de despesa que verificámos não existe fatura ou recibo da entidade beneficiária da transferência.
 e) Validamos os custos apresentados na rúbrica.

3.4.1.5 – Outros Custos Operacionais

a) Decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Rúbricas	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Nominal	%
Quotizações	11.729	7.517	-4.213	-35,92%
Total	11.729	7.517	-4.213	-35,92%

- b) Tiveram uma baixa de 35,9% em 2014, fruto da evolução da conta Quotizações.
- c) Testámos cerca de 73% do movimento do ano, não existem ajustamento a propor.
- d) Validámos o valor da conta.

3.4.1.6 – Amortizações

a) Decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Rúbricas	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Nominal	%
Bens do Domínio Público	649.210	660.966	11.756	1,81%
Imobilizações Incorpóreas	6.612	7.278	666	10,07%
Imobilizações Corpóreas	235.457	246.963	11.506	4,89%
Total	891.279	915.207	23.927	2,68%

- b) Analisámos a sua relação com o imobilizado líquido, tendo concluído que a mesma se sensivelmente ao nível de 2013. Neste ano foi de 4,7% do mesmo e em 2014 foi de 4,5%.
- c) Detetámos diferenças entre o mapa de amortizações e o balancete. Na Quantia Bruta a diferença é de 14.553 €, nas Depreciações do Exercício é de 710 € e nas Depreciações Acumuladas a diferença é de 13.779 €. Estas diferenças devem ser corrigidas.
- d) Por irrelevantes as diferenças apuradas, validamos os saldos da conta.

3.4.1.7 – Provisões

a) Deveriam ter sido criadas provisões para Outras Riscos e encargos no valor de 100.341 €, para prover a parte dos seguintes processos existentes contra o Município, que lhe podem ser desfavoráveis, conforme informação dos serviços jurídicos:

- Município das Lajes das Flores;
- William Resendes Braga;
- Massa insolvente Castanheiro & Soares;
- Maarlen Klant e outros;

3.4.1.8 – Custos e Perdas Financeiros

a) Decompõem-se em:

Rúbricas	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Nominal	%
Juros suportados	12.144	5.859	-6.285	-51,75%
Amortizações de investimentos em imóveis	67.669	67.669	0	0,00%
Outros	253	468	216	85,41%
Total	80.066	73.997	-6.069	-7,58%

b) Verificou-se um pequeno decréscimo no conjunto destes custos de 2013 para 2014 de 7,6%.

c) Analisámos a evolução da conta, tendo-a desagregado e comparado com valores do ano de 2013. Efetuámos a verificação de uma amostra aleatória de lançamentos efetuados na conta, tendo aceiteado os valores movimentados.

3.4.1.9 – Custos e perdas Extraordinários

a) Esta conta agrega as rúbricas seguintes:

Rúbricas	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Nominal	%
Transferências de capital concedidas	102.500	99.583	-2.917	-2,85%
Perdas em existências	43.524	20.729	-22.795	-52,37%
Perdas em Imobilizações	0	1	1	
Aumentos de amortizações	0	2.955	2.955	
Correcções relativas a exercícios anteriores	5.000	9.758	4.758	95,15%
Aquis. Mat.p/ apoio a habitação degradada	1.424	353	-1.071	-75,21%
Total	152.448	133.379	-19.069	-12,51%

- b) Testámos cerca de 18% do movimento do ano, não existem ajustamento a propor, pelo que validamos o saldo da conta.

3.4.2 Proveitos

3.4.2.1 – Vendas

- a) Relativamente a 2013 tiveram uma baixa relativa de 3,8%, o que, em valor absoluto, se traduziu em 689 €.
- b) Contempla as Vendas de:

Rúbrica	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Nominal	%
Água	17.008	17.412	404	2,38%
Venda de Outros bens e Serviços	1.163	71	-1.092	-93,93%
TOTAL	18.171	17.483	-688	-3,79%

- c) Analisámos a evolução mensal da conta e verificámos os documentos de suporte aos valores mais importantes, tendo validado os seus movimentos.

3.4.2.2 – Prestação de Serviços

- a) A conta contempla receitas com as prestações de serviços prestados pelo Município, nomeadamente:

Rúbrica	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Nominal	%
Trabalhos por conta de particulares	457	96	-361	-78,98%
Cemitérios	2.964	1.733	-1.231	-41,52%
TOTAL	3.420	1.829	-1.591	-46,52%

- b) Verificámos analiticamente a evolução da conta, tendo testado e analisado os valores que fugiam à normalidade.
- c) No final validámos e aceitámos o saldo da conta que, no seu conjunto, difere do valor do ano anterior (quebra de 46,5%).

3.4.2.3 – Impostos e Taxas

a) Incluí os impostos e taxas cobrados pelo Município, de acordo com o quadro seguinte:

Rúbrica	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Nominal	%
Impostos				
IMI	111.873	129.476	17.603	15,73%
Imposto Circulação	46.244	43.064	-3.180	-6,88%
IMT	14.699	40.756	26.057	177,26%
Impostos indiretos	374	5.917	5.543	1483,89%
TOTAL 1	173.190	219.213	46.023	26,57%
Taxas				
Taxas	11.829	8.793	-3.036	-25,67%
TOTAL 2	11.829	8.793	-3.036	-25,67%
TOTAL (1+2)	185.019	228.006	42.987	23,23%

b) Verificaram-se baixas relativamente a 2013:

- No IUC 6,9%;
- Nas taxas 25,6%;
- e subidas em:
- No IMI 15,7%;
- No IMT 177,3%;
- Nos Impostos Diretos 1484%.

c) No cômputo geral a rúbrica teve uma subida de 23,2% relativamente a 2013.

d) Verificámos a evolução da conta mensalmente, tendo analisado os movimentos que fugiam à normalidade. Fizemos verificações e análises a alguns lançamentos, numa base de amostragem, tendo concluído que a conta se apresenta bem movimentada.

e) No final validámos os saldos.

3.4.2.4 – Trabalhos para a Própria entidade

- a) Trata-se da contabilização de serviços efetuados pelos serviços da autarquia para valorização do seu património.
- b) No ano tiveram a seguinte evolução relativamente a 2013:

Rúbrica	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Nominal	%
Imobilizações Incorpóreas	137.622	0	-137.622	-100,00%
Imobilizações em curso	0	6.719	6.719	
Bens de domínio público	0	77.620	77.620	
Total	137.622	84.340	-53.282	-38,72%

c) Validámos os saldos da conta.

3.4.2.5 - Transferências e Subsídios Obtidos

a) São contabilizados nesta conta:

i) as transferências a que as entidades têm direito, nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a lei do Orçamento do Estado, exceto as do financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa, que são registadas na conta 2745 -Subsídios para investimentos.

ii) os subsídios obtidos, nos termos da lei, sem contrapartida a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

b) Estão contabilizados:

Rúbrica	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Nominal	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.511.392	1.902.626	391.234	25,89%
Fundo Social Municipal	53.725	53.725	0	0,00%
Participação Fixa no IRS	54.171	46.871	-7.300	-13,48%
Outros	45.352	0	-45.352	-100,00%
Transferências de capital	658.069	211.403	-446.666	-67,88%
Fundos e Serviços Autónomas	12.829	12.867	38	0,30%
Total	2.335.538	2.227.492	-108.046	-4,63%

c) No cômputo geral desceram-se relativamente a 2013, 4,6%, impulsionados pelas baixas da rúbrica Outros e pela de transferências de capital.

d) Analisámos mensalmente as transferências efetuadas para o Município, tendo concordado com o princípio seguido na contabilização das mesmas, pelo que validamos os saldos.

3.4.2.6 – Proveitos e Ganhos Financeiros

- a) A conta inclui Juros obtidos e rendimentos de aplicações financeiras, devidamente desagregada de acordo com a origem dos proveitos obtidos, conforme quadro seguinte:

Rúbrica	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Nominal	%
Juros Obtidos	97	178	80	82,29%
Rendimentos de imóveis	8.707	12.648	3.942	45,27%
Total	8.804	12.826	4.022	45,68%

- b) Analisámos mensalmente a obtenção destes proveitos tendo validado os mesmos.

3.4.2.7– Proveitos Extraordinários

- a) Inclui:

Rúbrica	Valor €		Variação	
	31-12-2013	31-12-2014	Nominal	%
Ganhos em Existências	854	16.091	15.237	1784,18%
Ganhos em Imobilizações	0	12.375	12.375	
Benefícios de penalidades contratuais	89	39	-50	-56,16%
Reduções de amortizações e provisões	17.844	2.862	-14.982	-83,96%
Correcções relativas a exercícios anteriores	0	10.731	10.731	
Outros	89.258	107.357	18.099	20,28%
Total	108.045	149.455	41.410	38,33%

- b) Analisámos, por amostragem, os movimentos da conta
- c) Validámos os saldos apresentados.

4. ENDIVIDAMENTO

Dívida Total a (31/12/2014) em €									
Total das Dívidas a terceiros incluindo não orçamentais	SM+AL+SEL+entidades participadas	Dívida Total	Dívidas não orçamentais	Excluindo dívidas não orçamentais	Montante em Excesso 15)=(14)-(1), se (14)>(1) ou (15)=(14)-[(6)+(9)], se (9)>0 e (6)+(9)<(14)<(1)	Margem (16)=(1)-(14), se (14)<(1) ou (16)=[(6)+(9)]-(14), se (9)>0 e (6)+(9)>(14)	variação da dívida de 1 de Jan a 31 Dez. % (17)=(14)/(6)-1	variação do excesso de 1 jan a 31 de Dez % (18)=(15)/(7)-1	Margem disponível p/utilizar de 1 de Jan a 31 Dez. (19) = (9) - [(14) - (6)], se (9) > 0 e (14) < [(6) + (9)]
10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
406.636	0	406.636	43.581	363.056		2.506.982	-33,02%		644.592

- O quadro transcrito acima reflete a situação do município em 31/12/2014, que cumpre o limite de dívida total, tendo margem para a obtenção de empréstimos.
- Relativamente ao final de 2013 a dívida a terceiros baixou 30%.
- No conjunto, verificou-se uma melhoria ao nível do endividamento do Município.

5. CONTROLO ORÇAMENTAL

5.1 Introdução

1. A contabilidade orçamental tem como objetivo controlar e registar a execução do orçamento, tanto no que respeita á execução do orçamento corrente como aos compromissos vindos de exercícios anteriores como, e ainda, a compromissos assumidos cujo pagamento venha a ser efetuado em exercícios futuros.
2. Para análise tivemos presentes os mapas de execução orçamental da receita, da despesa, das grandes opções do plano, do plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes.
3. O orçamento para 2014, aprovado em Assembleia Municipal, apresentava-se como se segue:

Orçamento		2014 (€)
Despesas		
Correntes		1.833.755
Capital		2.307.757
Total		4.141.512
Receitas		
Correntes		2.197.319
Capital		1.944.193
Total		4.141.512

4. Após as modificações e as alterações orçamentais que durante o ano lhe foram introduzidas, o orçamento apresentava o seguinte quadro:

Tipo	Corrigidas (€)	
	Despesas	Receltas
Correntes	1.919.219	2.197.319
Capital	3.266.547	2.431.493
Reposições	0	100
Saldo gerência	0	556.854
Total	5.185.766	5.185.766

5. As modificações e alterações orçamentais provocaram, relativamente ao orçamento inicial um acréscimo da despesa e da receita de 25,21%, sendo que, ao nível das despesas correntes, tiveram um acréscimo de 4,66%, e ao nível das despesas de capital foram corrigidas também em alta em 41,55%.
6. No lado da receita, a corrente manteve-se e a de capital foi corrigida em alta em 25,06%.

5.2 Análise Orçamental

1. Para esta análise recorreremos tanto a alguns rácios como a quadros de apoio em que fizemos tanto uma análise á execução orçamental do ano como a comparações com o ano de 2013.

2. Em termos de rácios optámos por analisar relativamente os seguintes:

Rácio	31.12.2013	31.12.2014
Peso da Receita Própria na Receita Total	2,39%	1,25%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pela Receita Corrente	127,75%	134,26%
Peso da Despesa Corrente na despesa Total	50,05%	40,36%
Peso da Despesa de Capital na despesa Total	49,95%	59,64%
Peso das despesas de pessoal nas Despesas Correntes	63,68%	59,77%
Peso das despesas de capital na Despesa Corrente	99,81%	147,77%
Peso do serviço da Dívida na Despesa Total	6,42%	4,31%
Peso do Investimento nas Despesas de capital	77,68%	89,04%

3. Pela análise dos indicadores acima apresentados, concluímos em síntese que:

- a. O **peso da receita própria na receita total** é relativamente baixo, pelo que o Município (aliás como quase todos), está muito dependente das transferências vindas do Orçamento do Estado (correntes e de capital). O rácio, porém, desceu relativamente a 2013, fruto essencialmente de um decréscimo das receitas próprias de 34.523€ (37,26%), tendo descido de 2,39% em 2013 para 1,25% em 2014.
- b. A receita corrente continuou a superar a despesa corrente, tendo inclusive assumido uma subida relativa de 127,75% em 2013 para 134,26% em 2014.
- c. O **peso da despesa corrente na despesa total** em 2014 foi de 40,36% enquanto em 2013 havia sido de 50,05%, o que significa um decréscimo relativo de cerca de 19,36%.
- d) Cenário inverso se verifica no peso das **despesas de capital na despesa total**, que subiu de 49,95% para 59,64%.
- e. O **peso dos custos com pessoal relativamente às despesas correntes** desceu de 63,68% em 2013 para 59,77% em 2014, a variação das despesas com pessoal desceu 4,30%.
- f. **As despesas de capital** equivaleram em 2014 a 147,77% das despesas correntes e em 2013 representavam 99,81%.
- g. O peso do **serviço da dívida** (juros + amortizações capital) **na despesa total** foi em 2014 de 4,31% quando em 2013 havia sido de 6,42%.
- h. O peso dos **investimentos nas despesas de capital** (aquisições de bens de capital) subiu de 77,68% em 2013 para 89,04% em 2014.

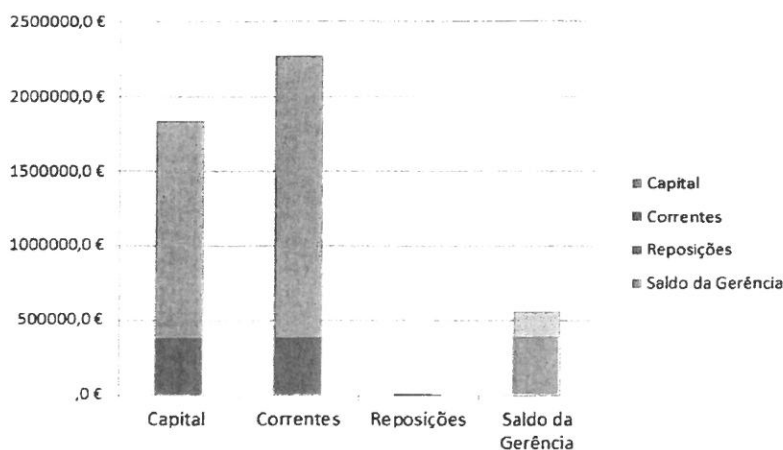
5.3 Análise das Despesas e Receitas Municipais

5.3.1 Receita

- O quadro seguinte apresenta a execução da Receita em de 2014.

Mapas da Receita 2014 (€)								
Receitas	Dotações Corrigidas	Estrutura	por cobrar início ano	Cobrada Líquida	Estrutura	por cobrar final ano	Grau de Execução	
							2013	2.014
Capital	2.431.493	46,89%	0	1.838.734	39,41%	0	44,42%	75,62%
Correntes	2.197.319	42,37%	0	2.269.814	48,65%	584	101,20%	103,30%
Reposições	100	0,00%	0	201	0,00%	0	3123,92%	200,55%
Saldo da Gerência	556.854	10,74%	0	556.854	11,94%	0	100%	100,00%
Total	5.185.766	100,00%	0	4.665.603	100,00%	584	73,48%	89,97%

- Das receitas previstas corrigidas, foram executadas 75,62% das de capital e 103,30% das correntes, sendo que a execução global da receita foi de 89,97%.
- Se comparada a execução da receita com a de 2013, verifica-se que a execução global, passou de 73,48% para 89,97%, tendo a execução das receitas de capital passado de 44,42% em 2013 para 75,62% em 2014 e as correntes de 101,20% para 103,30%.
- O que graficamente, quanto à execução, se apresenta do seguinte modo:

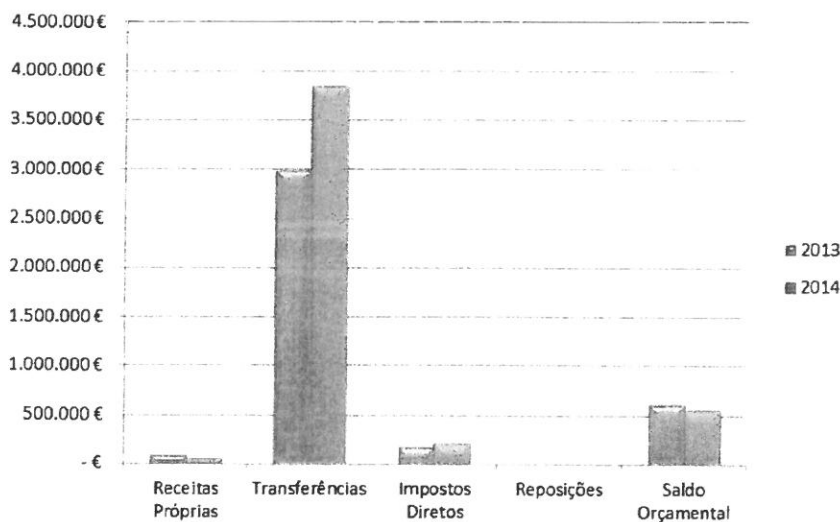




5. A estrutura das receitas municipais nos anos de 2013 e de 2014, apresenta-se da seguinte forma:

Estrutura da Receita Municipal				
Rúbricas	2013 (€)	2014 (€)	Variação	
			Real (€)	%
Receitas Próprias	92.667	58.144	-34.523	-37,26%
Transferências	2.990.756	3.842.123	851.367	28,47%
Impostos Diretos	172.816	208.281	35.465	20,52%
Reposições	3.124	201	-2.923	-93,58%
Saldo Orçamental	610.167	556.854	-53.313	-8,74%
Total	3.869.530	4.665.603	796.073	20,57%

6. O que graficamente se apresenta como:



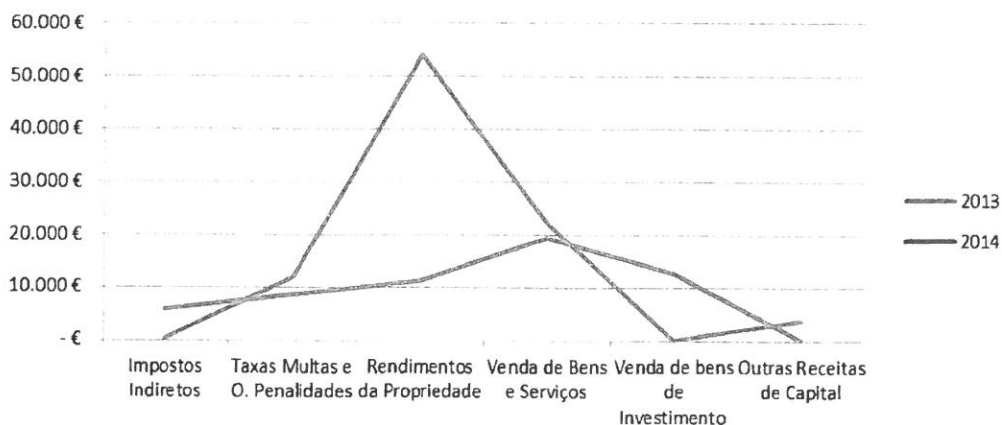
7. Verifica-se o forte peso das transferências do Estado nas receitas do Município, que representaram em 2013, 77,29% do total das receitas, e em 2014, 82,35%. Por outro lado, é relativamente baixa a comparticipação das receitas próprias para o total das receitas. Em 2013 o seu peso foi de 2,39% do total, tendo descido para 1,25% em 2014.
8. Para as receitas do ano contribuíram ainda, os saldos de gerência. Representaram 15,77% em 2013 e 11,94% em 2014.
9. De notar que o peso dos Impostos diretos no total das receitas cobradas foi de 4,47% em 2013, tendo sido 4,46% em 2014.
10. No cômputo geral, a execução da receita em 2014 teve um comportamento superior a 2013, este comportamento deve-se ao aumento das transferências (28,47%) e ao aumento dos impostos diretos (20,52%).



11. Quanto às receitas próprias apresentaram os seguintes valores de execução nos anos de 2013 e de 2014:

RECEITAS PRÓPRIAS				
Rúbricas	2013 (€)	2014 (€)	Variação	
			Real (€)	%
Impostos Indiretos	374	5.917	5.543	1483,89%
Taxas Multas e O. Penalidades	11.996	8.829	-3.167	-26,40%
Rendimentos da Propriedade	54.229	11.232	-42.997	-79,29%
Venda de Bens e Serviços	22.172	19.466	-2.707	-12,21%
Venda de bens de Investimento	0	12.700	12.700	
Outras Receitas de Capital	3.896	0	-3.896	-100,00%
Total	92.667	58.144	-34.523	-37,26%

12. O que graficamente se traduz em:

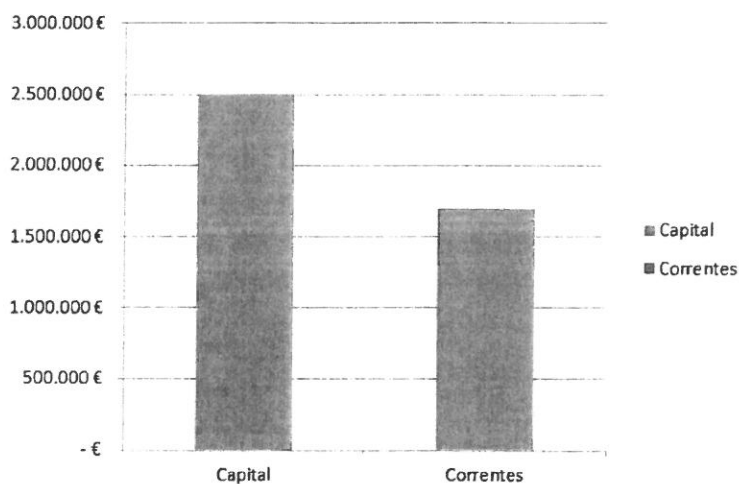


5.3.2 Despesa

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Despesa nos anos de 2013 e de 2014.

Mapas da Despesa 2014 (€)								
Despesa	Dotações Corrigidas	Estrutura	Compromissos Assumidos	Despesas pagas	Estrutura	Compromissos por Pagar	Grau de Execução	
							2013	2014
Capital	3.266.547	62,99%	2.535.322	2.498.086	59,64%	37.236	50,39%	76,47%
Correntes	1.919.219	37,01%	1.720.654	1.690.562	40,36%	26.392	83,66%	88,09%
Total	5.185.766	100,00%	4.255.977	4.188.648	100%	63.628	62,91%	80,77%

2. O que graficamente, se traduz em:

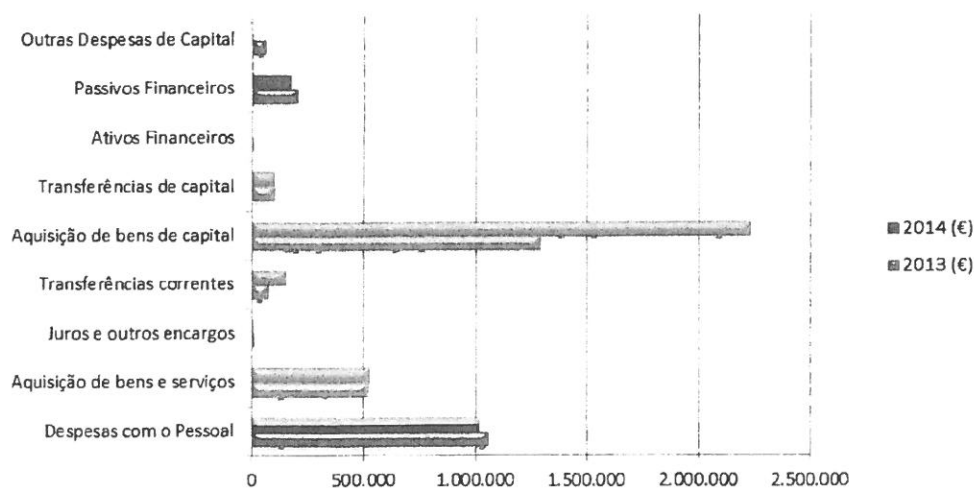


3. Verifica-se que, o grau de execução da despesa foi de 80,77% em 2014, acima da execução de 2013 que foi de 62,91%. A despesa líquida de capital paga foi de 76,47% da dotação para o ano em 2014 e de 50,39% em 2013.
4. O orçamento da despesa foi superior em 28,25% ao de 2013, o que se deve essencialmente às ligeiras subidas das despesas correntes como das subidas das despesas de capital relativamente a 2013.

5. A estrutura da Despesa Municipal em 2013 e em 2014, é-nos dada pela análise do quadro seguinte:

Estrutura da Despesa Municipal				
Rúbricas	2013 (€)	2014 (€)	Variação	
			Real (€)	%
Despesas com o Pessoal	1.055.717	1.010.373	-45.343	-4,30%
Aquisição de bens e serviços	515.955	522.448	6.493	1,26%
Juros e outros encargos	10.501	6.905	-3.596	-34,25%
Transferências correntes	75.715	150.836	75.120	99,21%
Total 1	1.657.888	1.690.562	32.674	1,97%
Aquisição de bens de capital	1.285.457	2.224.349	938.892	73,04%
Transferências de capital	102.500	100.000	-2.500	-2,44%
Ativos Financeiros	5.000		-5.000	-100,00%
Passivos Financeiros	202.090	173.737	-28.353	-14,03%
Outras Despesas de Capital	59.741			
Total 2	1.654.788	2.498.086	903.040	54,57%
Total (1+2)	3.312.676	4.188.648	935.714	28,25%

6. O que, graficamente se traduz em:



7. Relativamente a 2013:

- As despesas com pessoal baixaram, 4,30%,
- A aquisição de bens e serviços aumentou 1,26%,
- Os juros e outros encargos baixaram 34,25%,
- As transferências correntes subiram 99,21%,
- A aquisição de bens de capital aumentaram 73,04%,
- Os Passivos financeiros desceram 14,03%.

8. Apesar da sua diminuição em 2014, as despesas pagas com o pessoal nas despesas do município representam cerca de 24,12% do total em 2014, contra 31,87% em 2013.
9. Do lado das despesas pagas, o peso relativo das aquisições de bens e serviços baixou relativamente à despesa paga (12,47% em 2014; 15,58% em 2013).
10. As transferências correntes pagas, aumentaram em 2014 de um peso de 2,29% na despesa paga em 2013 para 3,60% em 2014.
11. As despesas pagas com a aquisição de bens de capital, aumentaram 73,04%, relativamente a 2013.
12. Os passivos financeiros pagos representaram em 2013, 6,10% da despesa paga (202.090€), tendo representado em 2014, 4,15% da despesa paga (173.737€).

5.3.3 Análise do PPI

1. A Execução do plano Plurianual de investimentos, no ano de 2014, é apresentada no quadro seguinte:

Plano Plurianual de Investimentos 2014 (€)						
Rúbrica	Montantes Previstos		Montantes Executados		Nível de Execução (%)	
	Ano	Anos seg.	Anos Anteriores	Ano	Ano	Global
Funções Gerais						
Administração Geral	48.500	30.000	143.284	40.527	83,56%	82,88%
Total 1	48.500	30.000	143.284	40.527	83,56%	82,88%
Funções Sociais						
Habituação	35.650	710.000	120230	23372	65,56%	16,58%
Ordenamento do Território	5.050	105.000	43000	0	0,00%	28,10%
Saneamento	7.050	300.000	0	0	0,00%	0,00%
Abastecimento de água	10.871	600.000	0	10.620	97,69%	1,74%
Cultura	2.133.097	0	217.585	1.608.467	75,41%	77,68%
Desporto, recreio e lazer	533.380	403.000	39.594	499.652	93,68%	55,25%
Total 2	2.725.098	2.118.000	420.410	2.142.111	78,61%	48,68%
Funções Económicas						
Indústria e Energia	1.001	153000	2.221	0	0,00%	1,42%
Transportes e Comunicações	217.708	60000	711.084	41.600	19,11%	76,12%
Transportes Rodoviários	500	0	11.879	112	22,34%	96,86%
Total 3	219.209	213.000	725.184	41.712	19,03%	66,26%
Total (1+2+3)	2.992.807	2.361.000	1.288.878	2.224.349	74,32%	52,89%

O nível de execução e de financiamento do PPI em 2014, representa 74,32 % do total previsto para o ano.

2. As rúbricas ao nível das Funções sociais que mostraram maior índice de execução no ano são:
 - a. Abastecimento de água (97,69%),
 - b. As do desporto, recreio e lazer (93,68%),
 - c. As da cultura (75,41%),
 - d. As da habitação (65,56%).
3. As nível das funções económicas de destacar a execução de:
 - a. Transportes Rodoviários (22,34%),
 - b. Transportes e Comunicações (19,11%).
4. O nível de execução Global do PPI está nos 52,89% em finais de 2014.



6. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

a) A lei 73/2913 no artigo 40º, define nos pontos 2 e 4:

"2- A receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo;

4- para efeitos do nº 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de de médio e longo prazos, o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato independentemente do seu pagamento efectivo".

E no artigo 83º

"Para efeitos do disposto nº 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato."

b) Conjugando estes artigos temos, como amortização média dos empréstimos 198.343 €, de acordo com o quadro seguinte:

Empréstimos Contratados	data de contra- tação	Em dívida 31-12-2013	anos			amort. A considerar
			iniciais	decorridos	em falta	
CGD - Proj. Co-financiados	15-07-2003	0	10	10	0	0
CGD - Sanen. Básico	23-01-2004	2.738	10	9	1	2.738
CGD - aquis. Máq., auditório, situflor	23-06-2006	95.500	10	7	3	31.833
CGD - reab. Rua, Pta delg/R. Bar q/Polid Pta. Delg	23-07-2009	146.227	10	4	6	24.371
BANIF - Reab. Cond. Adutora Cav/Sta C.	16-08-2010	9.882	10	3	7	1.412
BANIF - Colocação piso sintético	31-08-2004	30.712	10	9	1	30.712
BANIF - Sanen. Básico	24-11-2004	83.201	10	9	1	83.201
Montepio - escolas, est. Fáb. baleia.	21-09-2000	168.530	20	13	7	24.076
TOTAL		536.790				198.343

c) O cálculo do equilíbrio orçamental é-nos dado pelo quadro seguinte:

Equilíbrio Orçamental 2014	
Receita corrente bruta Cobrada	2.269.814
Despesa corrente paga	1.690.562
Amortização emp ^{as} ML Prazo	198.343
Total	1.888.905
Excedente	380.909

d) Município não tem desequilíbrio orçamental.

e) O excedente é de 380.909 €.

7. CONTROLO INTERNO

- a) Analisámos o funcionamento do controlo interno que está plasmado em regulamento próprio.
- b) De uma forma geral está em funcionamento ainda que nalguns aspectos que aqui focamos a sua implementação requiera ajustamentos.
- c) Assim, é nosso entendimento que:

7.1 Organização dos Serviços

- a) A programação da atuação do serviço em consonância com o plano de atividades não é objecto de relatório em periódicos.
- b) A colaboração no processo de recolha, tratamento e produção de difusão de elementos informativos para a população relativos às atividades e serviços deve ser melhorada.
- c) Apesar do trabalho de sensibilização junto dos trabalhadores para implementação de uma contabilidade de custos, ela é ainda insuficiente.
- d) O balanço mensal à tesouraria é feito pela Tesoureira, pelo que o nível de segregação de funções é baixo.
- e) A conferência da Guia de Remessa com as faturas e materiais adquiridos, bem como o controlo de prazos de entrega por parte dos fornecedores, que deveria competir pelo CI ao Aprovisionamento é muitas vezes feita pela Contabilidade ou pelo serviço adquirente.
- f) Não é colocado carimbo “conferido e recebido”, nas guias de remessa.
- g) As guias de remessa são arquivadas no Armazém. O CI diz que deveriam sê-lo na Contabilidade.
- h) Nem todos os bens patrimoniais estão contabilizados. Os de domínio público à data de 2002 estão a zero e só são registados após reparação ou/e intervenções e, pelo valor destas.

7.2 Disponibilidades

- a) Deveria ser implementado um sistema de verificações trimestrais e sem aviso prévio à Tesouraria a efetuar pelo chefe da DAF.
- b) Aconselha-se uma verificação física periódica das existências em armazém por amostragem.



7.3 Terceiros

Deveria ser implementado um sistema de conciliações mensais das contas de Clientes e Fornecedores e Outros Devedores e Credores.

7.4 Existências

- a) Não se deveriam rececionar bens sem a correspondente guia de remessa.
- b) Deveria ser implementado um sistema de conciliações semestrais das Existências, ainda que por amostragem.

7.5 Disponibilidades

Deveriam ser feitas verificações trimestrais e sem aviso prévio à Tesouraria a efetuar pelo chefe da DAF.

7.6 Imobilizado

- a) Por desajustados da realidade, os valores de competências para autorizar o abate de imobilizado devem ser revistos.
- b) Anualmente, em Dezembro, deve ser feita uma verificação do imobilizado e sua conferência com os registos dos mesmos.
- c) Em Janeiro o Património deve enviar a cada funcionário um inventário dos bens de sua responsabilidade atualizado, que este deve subscrever.

8. FACTOS SUBSEQUENTES

Não detetamos nada de relevante.



9. RELATÓRIO DE GESTÃO

Analisámos o relatório de gestão que satisfaz os requisitos legais. Verificámos a informação financeira contida no mesmo, que, em nossa opinião, está em conformidade com as demonstrações financeiras.

10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Solicitámos ao Executivo do Município a emissão da declaração de responsabilidade.

11. CONCLUSÕES

Na sequência das nossas verificações emitimos a Certificação Legal das Contas do Município, que contém 1 Ênfase e não contém Reservas.

11.1 Reservas

Sem Reservas.

11.2 Ênfases

Ficam a dever-se aos factos que considerámos que, ainda que podendo afetar as demonstrações financeiras, não as afetando como um todo, uns por serem de pequeno significado outros por não se deverem à forma como Município as considera, mas a entendimentos externos.

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o seguinte:

- A totalidade dos Empréstimos bancários está contabilizada como de Médio e Longo Prazo. Ainda que se trate de um imperativo da DGAL, entendemos que, a parte que se vence no ano de 2015, e que se elevará a cerca de 180.000 €, deveria ser considerada no balanço como de curto prazo.



11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações)

Divergências de pequeno valor a corrigir em 2015 e que não afetam de forma significativa as Demonstrações Financeiras vistas no seu conjunto, por estarem abaixo do nível de materialidade consentido. São ações a ter em conta no futuro. Todos estes aspetos se encontram relevados ao longo do relatório em sublinhado:

- a) Nos valores de 2013, o valor do Resultado Líquido da Demonstração de Resultados não coincide com o apresentado no Balanço.
- b) Devem ser atualizados os capitais dos bens seguros.
- c) Os rendimentos recebidos de terrenos arrendados ainda que até hoje não registados em nome do Município, devem ser objeto de fatura.
- d) As amortizações do exercício somam na contabilidade o valor de 915.206 € mas o mapa de amortizações do exercício do ano de 2014 do SICP soma o valor de 1.026.483 €. A diferença é de 111.276 €. Estes valores devem ser acertados.
- e) Deveriam ter sido movimentados, os valores que competem ao Município na criação do FAM, no valor de 176.693 €. Este valor deveria ter sido movimentado numa conta de investimentos financeiros por contrapartida de Outros Credores para ser amortizada à medida que o Município for regularizando a verba do fundo que lhe compete.
- f) Os 5.000 € de capital classificados em Empresa municipal estão indevidamente classificados como parte do capital social. Trata-se de parte das quotas pagas à Associação Regional de Turismo (pagos 15.000 €).
- g) Há valores colocados na conta 41 – Terrenos, edifícios e outras construções, dos quais só parte deveria estar classificado na conta 41, enquanto outra parte deveria estar classificada na conta 42. Para além disso os muitos terrenos que o município tem arrendados a terceiros, devem ser classificados também como investimentos financeiros.
- h) Aconselha-se a que seja efetuada uma listagem de afetação / uso / cedência (gratuita) da situação do arrendamento de todos os bens imóveis para que se possa corrigir a classificação transferindo da 41 para a 42 os bens que estejam afetos à atividade do Município.
- i) Nas existências, efetuámos uma análise aos itens sem rotação nos últimos 5 anos e concluímos que existem 8.795 € de possíveis monos. Que devem ser objeto de provisão.

- j) Existe 105 € de dívida de clientes há mais de 120 dias para os quais não foi constituída imparidade.
- k) O saldo contabilístico do IVA é diferente do valor da declaração. O valor contabilístico é de 37.993 €, e o da declaração é de 38.016 €. Apesar de sem expressão (diferença de 23 €), estes saldos devem ser acertados.
- l) Em 2015 foram contabilizados 8.124 € de gastos em FSE que são despesas de 2014 e que deveriam ter sido diferidos.
- m) O IRS de independentes tem um saldo diferente ao valor declarado em dezembro, de 221 €, que deve ser verificado.
- n) Detetámos diferenças entre o mapa de amortizações e o balancete. Na Quantia Bruta a diferença é de 14.553 €, nas Depreciações do Exercício é de 710 € e nas Depreciações Acumuladas a diferença é de 13.779 €. Estas diferenças devem ser corrigidas.
- o) Deveriam ter sido criadas provisões para Outras Riscos e encargos no valor de 100.341 €, para prover a parte dos seguintes processos existentes contra o Município, que lhe podem ser desfavoráveis, conforme informação dos serviços jurídicos.

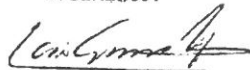
12. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos órgãos executivo e deliberativo como aos serviços do Município a colaboração que nos prestaram, nomeadamente aos serviços da Contabilidade e, aos Serviços de Consultadoria contabilística, pelo esforço que efetuaram para nos prestarem todas as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.

Marinha Grande, 10 de abril de 2015

G. MARQUES SROC, UNIPessoAL, Lda

A GERÊNCIA



Luís Guerra Marques – ROC nº 620